

**MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS**

**Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais**

**AVALIAÇÃO INDIVIDUAL DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**



**MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS**

**Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais**

**AVALIAÇÃO INDIVIDUAL DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

|  |
| --- |
| **A) IDENTIFICAÇÃO GERAL** |
| **Empresa** |
| **Sede:** Cidade/UF |
| **Tipo de estatal:** empresa pública, sociedade de economia mista ou subsidiária. |
| **Acionista controlador:** xxx (se outra subsidiária, indicar também o nome da holding). |
| **Tipo societário:** sociedade anônima, sociedade limitada ou não definido. |
| **Estrutura de capital:** aberto ou fechado. |
| **Abrangência de atuação:** local/regional/nacional/internacional |
| **Setor de atuação:** financeiro, participações, petróleo, energia, infraestrutura, comunicação, abastecimento, saúde, pesquisa, tecnologia da informação, indústria ou serviços. |
| **Presidente do Conselho de Administração subscritor(a) da Avaliação:** nome. |
| **Membros do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração subscritores da Avaliação:** nome e cargo. |
| **Data da avaliação:** XX/XX/20XX. |
| **Período avaliado:** 01/01/20XX a 31/12/20XX, por exemplo. |
|  |

|  |
| --- |
| **B) AVALIAÇÃO DE MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO, CONSELHOS E COMITÊS DAS EMPRESAS ESTATAIS – UMA EXIGÊNCIA LEGAL** |
| A Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 – Lei das Estatais, em seu art. 13, inciso III, exige que o estatuto social das companhias disponham, dentre outros assuntos, sobre a “avaliação de desempenho, individual e coletiva, de periodicidade anual, dos administradores e dos membros de comitês, observados os seguintes quesitos mínimos: a) exposição dos atos de gestão praticados, quanto à licitude e à eficácia da ação administrativa; b) contribuição para o resultado do exercício; c) consecução dos objetivos estabelecidos no plano de negócios e atendimento à estratégia de longo prazo”.  O art. 10 da mesma lei (e também o art. 21, inciso III, do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016) determina que a empresa pública e a sociedade de economia mista devem criar comitê de elegibilidade estatutário para verificar a conformidade do processo de avaliação dos administradores e dos conselheiros fiscais, com competência para auxiliar o acionista controlador na indicação desses membros.  O Decreto nº 8.945/2016, em seu art. 24, inciso III, determina que o estatuto social das empresas estatais contemple regras mínimas relacionadas à avaliação de desempenho, individual e coletiva, de periodicidade anual, dos membros estatutários.  O objetivo da avaliação individual do(a) Conselheiro(a) é verificar se ele(a) contribui, efetivamente, para o trabalho em conjunto, o que abrange não só seu conhecimento técnico, mas também sua dedicação, assiduidade, consonante com os padrões éticos da empresa, frequência às reuniões, habilidades para se relacionar com os demais conselheiros, trabalho em equipe, independência, participação e iniciativas. Institui-se, a partir da avaliação, um importante instrumento não só de identificação e correção de desvios, como também de prevenção e direcionamento da futura composição do órgão colegiado, alinhando-a à estratégia mais eficiente e eficaz da empresa. |

|  |
| --- |
| **C) PREMISSAS BÁSICAS DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO** |
| O princípio básico do processo é avaliar a contribuição de cada membro do Conselho de Administração para a efetividade e aprimoramento do colegiado no que diz respeito às funções e responsabilidades aceitas como suas e pré-definidas nos instrumentos legais, estatuto e regimentos internos.  Entretanto, **deve haver segurança suficiente para que as avaliações não sejam objeto de retaliação ou constrangimento entre os agentes de governança**. Nesse sentido, é fundamental que os resultados sejam enviados de forma segura para uma fonte neutra, em que serão processados e da qual retornarão de forma consolidada para discussão e uso pelas instâncias competentes da empresa.  O Processo de Avaliação Individual recomendado segue as seguintes premissas:  I) A avaliação individual tem o propósito de examinar a atuação de cada conselheiro(a) para verificar se ele(a) está contribuindo, efetivamente, para o melhor desempenho do colegiado. É uma oportunidade de reforço da responsabilidade de cada membro e de conscientização sobre o impacto individual na dinâmica e funcionamento do grupo.  II) O tipo de avaliação aplicada é a interna.  III) A avaliação pode ser conduzida pelo(a) **Presidente do Conselho de Administração**,que pode contar com apoio metodológico e procedimental do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração da empresa, **ou pelos pares,** sendo a escolha a critério da empresa. **Cabe destacar que, quando realizada pelo Presidente do Conselho, o processo é menos complexo, porém, deixa de incorporar as percepções e opiniões diversas daquelas do(a) Presidente.**  IV) Os(As) avaliados(as) são os(as) conselheiros(as) individualmente.  V) A técnica de coleta de dados empregada é o questionário, com perguntas fechadas. As questões foram construídas considerando 4 dimensões:   1. Formação e Experiência Profissional; 2. Conhecimento de Governança; 3. Cultura Organizacional; e 4. Contribuição para a Efetividade do Conselho.   VI) O presente formulário consiste apenas em modelo com vistas a nortear as avaliações, razão pela qual é facultado à empresa incluir, excluir ou adaptar as questões deste questionário de avaliação, caso entenda pertinente.  VII) A avaliação é subscrita pelo(a) Presidente do Conselho de Administração e pelo Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração da empresa. |

A seguir, são apresentados os quesitos que compõem o questionário de avaliação:

|  |  |
| --- | --- |
| **D) FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO INDIVIDUAL DO(A) CONSELHEIRO(A) DE ADMINISTRAÇÃO** | |
| ***DIMENSÃO I - FORMAÇÃO E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL***  *1. O(A) Conselheiro(a) tem formação, experiência e competência técnica adequadas ao porte e estratégia da empresa, conferindo apoio às discussões e decisões do Órgão Estatutário?*  *Não se aplica*  *Atende parcialmente*  *Não*  *Sim*  *2. O(A) Conselheiro(a) participa de programas de treinamentos voltados para Código de Conduta e Integridade, política de gestão de riscos, legislação societária e de mercado de capitais, divulgação de informações e controle interno?*  *Não se aplica*  *Atende parcialmente*  *Não*  *Sim*  *3. O(A) Conselheiro(a) demonstra comprometimento com a busca de conhecimentos e desenvolvimento de competências atreladas ao negócio da empresa?*  *Não se aplica*  *Atende parcialmente*  *Não*  *Sim*  ***DIMENSÃO II - CONHECIMENTO DE GOVERNANÇA***  *4. O(A) Conselheiro(a) demonstra conhecer as melhores práticas de governança corporativa e as utiliza em benefício da empresa?*  *Não se aplica*  *Atende parcialmente*  *Não*  *Sim*  *5. O(A) Conselheiro(a) contribui para que os princípios da boa governança corporativa – equidade, transparência, prestação de contas e responsabilidade corporativa – sejam aplicados na empresa?*  *Não se aplica*  *Atende parcialmente*  *Não*  *Sim*  *6. O(A) Conselheiro(a) demonstra ser de capaz de discutir estratégias e decisões, trazendo para a empresa uma gestão democrática?*  *Não se aplica*  *Atende parcialmente*  *Não*  *Sim*  *7. O(A) Conselheiro(a) contribui para o desenvolvimento de estratégias que busquem a sustentabilidade, valoração da empresa e credibilidade junto aos acionistas e ao mercado?*  *Não se aplica*  *Atende parcialmente*  *Não*  *Sim*  ***DIMENSÃO III - CULTURA ORGANIZACIONAL***  *8. O(A) Conselheiro(a) demonstra conhecimento, aderência e capacidade de adequar-se à cultura organizacional?*  *Não se aplica*  *Atende parcialmente*  *Não*  *Sim*  *9. O(A) Conselheiro(a) contribui na formação, preservação e promoção do propósito, dos valores e da cultura organizacional?*  *Não se aplica*  *Atende parcialmente*  *Não*  *Sim*  *10. O(A) Conselheiro(a), no exercício de suas atribuições, considera os valores e princípios éticos da empresa?*  *Não se aplica*  *Atende parcialmente*  *Não*  *Sim*  *11. O(A) Conselheiro(a) atua ativamente no monitoramento e na disseminação da incorporação de padrões de conduta em todos os níveis da organização?*  *Não se aplica*  *Atende parcialmente*  *Não*  *Sim*  ***DIMENSÃO IV - CONTRIBUIÇÃO PARA A EFETIVIDADE DO CONSELHO***  *12. O(A) Conselheiro(a) demonstra conhecer e entender a missão, a estratégia e os planos de negócios da organização?*  *Não se aplica*  *Atende parcialmente*  *Não*  *Sim*  *13. O(A) Conselheiro(a) contribui efetivamente para a consecução dos objetivos estabelecidos no plano de negócios e atendimento à estratégia de longo prazo da empresa?*  *Não se aplica*  *Atende parcialmente*  *Não*  *Sim*  *14. O(A) Conselheiro(a) participa e contribui de forma efetiva para as discussões de assuntos relacionados a controles internos, gestão de riscos, conformidade, Código de Conduta e Integridade, legislação societária e mercado de capitais?*  *Não se aplica*  *Atende parcialmente*  *Não*  *Sim*  *15. O(A) Conselheiro(a) atua diretamente na formulação, aprovação, acompanhamento e análise da estratégia da empresa no âmbito do quadro de objetivos corporativos?*  *Não se aplica*  *Atende parcialmente*  *Não*  *Sim*  *16. O(A) Conselheiro(a) participa com vigilância no estabelecimento de indicadores adequados de desempenho e de identificação dos principais riscos a que estão sujeitos a empresa?*  *Não se aplica*  *Atende parcialmente*  *Não*  *Sim*  *17. O(A) Conselheiro(a) atua atentamente no monitoramento dos processos de divulgação e comunicação, de forma a garantir que as demonstrações financeiras apresentem com clareza a situação patrimonial e financeira da empresa?*  *Não se aplica*  *Atende parcialmente*  *Não*  *Sim*  *18. O(A) Conselheiro(a) contribui para a elaboração e cumprimento da agenda do Conselho?*  *Não se aplica*  *Atende parcialmente*  *Não*  *Sim*  *19. O(A) Conselheiro(a) cumpre suas responsabilidades e contribui para o enriquecimento do processo decisório do Conselho?*  *Não se aplica*  *Atende parcialmente*  *Não*  *Sim*  *20. O(A) Conselheiro(a) disponibiliza tempo adequado para o desempenho da função, especialmente no que diz respeito à assiduidade e pontualidade nas reuniões, à preparação antecipada e adequada para discutir os assuntos das pautas?*  *Não se aplica*  *Atende parcialmente*  *Não*  *Sim*  *21. O(A) Conselheiro(a) demonstra autonomia para formar opinião própria e capacidade de sustentar pontos de vista divergentes?*  *Não se aplica*  *Atende parcialmente*  *Não*  *Sim*  *22. O(A) Conselheiro(a) demonstra ética e responsabilidade no exercício da função?*  *Não se aplica*  *Atende parcialmente*  *Não*  *Sim*  *23. O(A) Conselheiro(a) desempenha suas atribuições de forma isenta, sem qualquer conflito de interesses?*  *Não se aplica*  *Atende parcialmente*  *Não*  *Sim*  *24. O(A) Conselheiro(a) demonstra capacidade de lidar de maneira positiva com opiniões divergentes?*  *Não se aplica*  *Atende parcialmente*  *Não*  *Sim*  *25. O(A) Conselheiro(a) se manifesta de maneira assertiva e objetiva, evitando divagações e perda do foco nos temas previstos para as reuniões?*  *Não se aplica*  *Atende parcialmente*  *Não*  *Sim* |

|  |
| --- |
| **BIBLIOGRAFIA** |
| BRASIL. Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016. Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. **Diário Oficial da União,** Brasília, DF, 1 jul. 2016.  \_\_\_\_\_\_. Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016. Regulamenta, no âmbito da União, a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. **Diário Oficial da União,** Brasília, DF, 4 jan. 2017.  INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. **Guia de orientação para planejamento de sucessão, avaliação e remuneração de conselho de administração e diretor-presidente**. São Paulo: IBGC, 2011. 68 p. Disponível em: https://conhecimento.ibgc.org.br/Paginas/Publicacao.aspx?PubId=22125. Acesso em: 28 dez. 2022.  \_\_\_\_\_\_. **Avaliação de conselhos:** recomendações práticas. São Paulo: IBGC, 2020. 55 p. Disponível em: https://conhecimento.ibgc.org.br/Paginas/Publicacao.aspx?PubId=24358. Acesso em: 15 dez. 2022.  OECD. **Diretrizes da OCDE sobre governança corporativa de empresas estatais:** edição 2015. Paris: OECD Publishing, 2018. https://doi.org/10.1787/9789264181106-pt. Acesso em: 26 dez. 2022. |